



## **ATA DA 379ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA**

(22/04/2026)

Aos vinte e dois dias do mês de abril vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, no auditório do Hospital da Zona Sul, após a constatação do quórum necessário, reuniu-se o plenário do Conselho Municipal de Saúde de Londrina para a sua 379ª Reunião Ordinária. A presidente **Vaine Pizolotto** apresenta a pauta do dia: 1. 14h30: *Aprovação da Pauta da 379ª e da Ata nº378 Reunião Ordinária do CMS*; 2. 15h00: *Aprovar o Plano de Contingência da Dengue/2026*; 3. 15h30: *Aprovação de Recursos SESA, para Aquisição de Veículo Transporte Sanitário*; 4. 16h00: *Intervalo*; 5. 16h15: *Apreciação e Aprovação do Relatório Final da Plenária de Saúde da População Negra*; 6. 16h45: *Aprovação da Atualização da PAS/2026 e Aprovação PAS/2027*; 7. 17h30: *Apresentação sobre a Importância dos Conselhos Locais*; 8. 17h45: *Informes*; 9. 18h00: *Teto Máximo para Encerramento*. **Não havendo apontamentos a pauta é aprovada.** Na sequência a ata da 378ª Reunião Ordinária é colocada em discussão. **Não havendo apontamentos, a ata é aprovada pelo CMS com a abstenção dos conselheiros Sônia Silva, Gilson Pereira, Ana Paula Cantelmo, Angelo Barreiros, Rubia Gomes, Thais Oliveira e Marcos Butarello. Na sequência o CMS passa ao ponto de pauta: Aprovação do Plano de Contingência da Dengue/2026.** A presidente Vaine Pizolotto explica que o plano foi apresentado na íntegra na reunião passada, mas infelizmente a reunião não teve quórum para aprovação e por isso ele foi novamente pautado nesta reunião. Diante disso, a servidora Claudia Haggi fará apenas uma breve exposição, considerando que o mesmo já foi encaminhado aos conselheiros anteriormente. Cláudia Haggi (DVS) informa que o Plano de Contingência foi encaminhado na íntegra aos conselheiros no mês anterior. Explica que o documento foi construído pela Secretaria de Saúde com a participação de todas as diretorias e segmentos, focando no enfrentamento à Dengue e demais arboviroses. O plano contempla a previsão de insumos, assistência, vigilância e exames, sendo estruturado em níveis de acionamento — do nível zero (transmissão controlada) até o nível de epidemia. Ressalta que o instrumento é revisado anualmente, geralmente entre janeiro e fevereiro, para preparar o município para o enfrentamento sazonal, mas destaca que revisões podem ocorrer a qualquer momento, inclusive com uma atualização já prevista na próxima reunião da Comissão de Vigilância para ajustar pontos levantados pelo conselheiro Lincoln e demais membros. O conselheiro Lincoln Ramos recorda que a discussão sobre o Plano de Contingência já havia ocorrido anteriormente, mas não foi votada por falta de quórum. Propõe que o documento seja aprovado agora, mas com o encaminhamento imediato para revisão pela Comissão de Vigilância em Saúde. Justifica que, embora a "estrutura macro" de combate às arboviroses esteja bem desenhada, é necessário detalhar melhor a "estrutura micro" — as ações que o município já executa no dia a dia, mas que

precisam estar formalmente organizadas no papel. Reforça que a proposta de aprovação está condicionada ao compromisso de iniciar essa revisão técnica para o próximo período. Não havendo mais questionamentos o CMS aprova o Plano de Contingência da Dengue/2026. O conselho passa ao ponto de pauta **“Aprovação da Plenária da Saúde da População Negra”**. O conselheiro **Gilson Pereira** apresenta o relatório final da plenária do Grupo de Trabalho (GT) de Saúde da População Negra, destacando a colaboração de membros como Cris, Thaís, Ana Paula e Gildo. Recorda que o GT foi idealizado originalmente pelos conselheiros Viana e Laurito, e que desde a sua reorganização, tem atuado de forma efetiva na construção dos planos anuais de saúde e em debates externos, como na UEL e em outros eventos da sociedade. Ressalta que o trabalho é "muito satisfatório" e reafirma o desejo do grupo — já sinalizado ao Pleno — de se consolidar como uma comissão temática permanente, dada a existência de uma atividade efetiva e do diálogo constante com a comunidade. O GT da Saúde da População Negra enfrentou dificuldades operacionais até meados de 2023 devido à sua composição inicial restrita a usuários, sendo reestruturado em conjunto com os conselheiros para retomar o debate sobre problemas estruturais no atendimento. Destaca-se a constatação de que as propostas aprovadas na Conferência de Saúde de 2023 para este segmento não foram devidamente incorporadas ao PPA (Plano Plurianual), evidenciando um distanciamento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. A intervenção enfatiza que o racismo estrutural permeia a sociedade, o Conselho e a autarquia, tornando urgente o debate interno e externo para garantir visibilidade, equidade e atendimento específico a essa população. O conselheiro **Gilson Pereira** reforça que, embora o SUS seja para todos, certas parcelas da população demandam um "olhar específico" para que a equidade seja efetiva. Explica que a intenção do GT foi levar essa premissa para a plenária e colher as demandas diretamente com a população. Informa que, inicialmente, a proposta era realizar uma Conferência Municipal de Saúde da População Negra, mas, como a etapa nacional ainda não havia sido convocada na época e devido a dificuldades logísticas de organização, o coletivo optou por realizar uma plenária para garantir o debate e a visibilidade do tema. A plenária é um formato mais simples, mas não menos eficiente, de escuta da população em um ambiente coletivo, com várias organizações, movimentos sociais, os quais já faziam o debate sobre a saúde da população negra, com o objetivo de organizar e entender como isso está no atendimento ao SUS no território de cada um que estava ali participando. A organização da plenária contou com o apoio fundamental de parceiros como o PET Saúde da UEL, a ANEPS (Articulação Nacional de Movimentos e Práticas em Educação Popular em Saúde), o coletivo Black Divas e o NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros). Ressalta que o NEAB atua como um núcleo central de articulação e diálogo dentro da universidade para a construção da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Enfatiza que, com a realização da plenária, o GT reafirma seu compromisso em combater as desigualdades nos indicadores de saúde do SUS e dar voz às demandas de populações minorizadas. Define essa trajetória como um marco na construção de uma saúde pública mais inclusiva e justa, representando a luta por dignidade e pela implementação efetiva das políticas de equidade. O conselheiro **Gilson Pereira** detalha que a plenária foi estruturada em três eixos principais, destacando o primeiro deles: o "Reconhecer". Este eixo foca na identificação dos reflexos do racismo estrutural dentro da estrutura do SUS, abrangendo desde o acolhimento até o atendimento clínico. Ressalta a importância de olhar para as especificidades biológicas e epidemiológicas dessa população, citando como exemplo central a anemia falciforme — que descreve como o primeiro e mais longo debate relacionado à saúde da população negra. Gilson Pereira detalha o segundo eixo da plenária: "Desconstruir Mitos". O foco central foi o combate às ideias falaciosas reproduzidas em consultórios e no SUS, como a crença

de que a população negra possui um limiar de dor mais elevado e maior resistência física. Ressalta que esse mito se reflete na violência obstétrica, onde mulheres negras têm o suporte analgésico negado com base em relatos de dor desconsiderados. O eixo também abordou a desconstrução de estigmas sobre autocuidado e alimentação, relacionando a alta incidência de hipertensão e doenças cardiovasculares à falta de equidade. Gilson enfatiza que a miscigenação brasileira faz com que essas raízes e fragilidades estejam presentes em toda a sociedade, e que desconstruir esses mitos é essencial para que a própria população negra compreenda as dores e as falhas estruturais que enfrenta no atendimento. Gilson finaliza a apresentação dos eixos da plenária com o pilar "Incluir", que visa transformar as discussões em políticas públicas concretas. O objetivo é criar ferramentas e estratégias que garantam a inclusão da população negra, observando que este segmento reside majoritariamente em regiões periféricas. Ressalta a necessidade de respeitar as manifestações culturais e religiosas de matriz afro dentro dos ambientes de saúde. O relatório com as propostas da 15ª Conferência Municipal de Saúde já foi compartilhado no grupo do Conselho. Destaca que esse documento serviu de "disparo" para a criação do GT, pois revelou que a população participou de forma autônoma da conferência anterior, já inserindo propostas voltadas à saúde da população negra. Explica que essas demandas históricas foram o incentivo para a realização da plenária, resultando agora em um novo relatório consolidado, onde todas as propostas foram devidamente encaixadas em cada um dos eixos discutidos. O conselheiro Gilson Pereira finaliza ressaltando a importância da parceria com a UEL, mencionando a relevância do evento realizado no Ciro Grossi (Pinicão), que contou com manifestações culturais. Destaca que o objetivo central é envolver os movimentos de saúde da população negra no Controle Social, fortalecendo a participação popular. Informa que no dia 29 haverá uma reunião entre o Conselho Estadual e o Conselho Nacional de Saúde focada justamente no fortalecimento do controle social. Gilson defende que o diálogo com os participantes da plenária deve focar na transformação das fragilidades do atendimento em políticas públicas, incentivando a participação efetiva e direta dessas comunidades dentro do Conselho. A conselheira **Fansley Cristina Silva** destaca que, após a realização da plenária, o grupo tem atuado para inserir as propostas no PAS (Plano Anual de Saúde) e no PPA (Plano Plurianual). Observa que, embora a Política Nacional exista desde 2009 e conferências anteriores em Londrina já tivessem diretrizes aprovadas, apenas agora o trabalho está sendo "de fato efetivado", com ações já em execução e previsões concretas. Ressalta que as propostas da plenária foram sistematizadas e alinhadas às diretrizes do PAS, embora considere tais diretrizes desatualizadas. A conselheira solicita ao Pleno a aprovação e publicação do relatório final da plenária, enfatizando que essa etapa é crucial para "oficializar" o trabalho que já vem sendo realizado e permitir que o grupo continue tensionando por avanços urgentes para a população negra. Fansley faz a leitura do seguinte relatório: [Relatório Final Plenária Saúde da População Negra](#). Fansley finaliza com o pedido do GT para aprovação e publicação do relatório apresentado para oficializar o trabalho realizado até o momento. A conselheira **Sonia Silva** questiona se as diretrizes lidas já foram analisadas e devidamente contempladas no PAS (Plano Anual de Saúde) ou se tratam de uma iniciativa à parte que o Conselho Municipal de Saúde (CMS) está formalizando neste momento. A conselheira **Fansley Cristina Silva** esclarece que, ao analisar o documento enviado, verificou que alguns pontos discutidos com a Secretaria de Saúde já foram incluídos, como a busca por dados demográficos e indicadores de saúde e previsão para a educação permanente dos profissionais. Embora reconheça que nem todas as propostas prometidas foram incorporadas, Fansley ressalta que já existem avanços concretos registrados no planejamento oficial. O conselheiro **Gilson Pereira** esclarece que o trabalho realizado pelo grupo foi de sistematização, com o objetivo de demonstrar que as

propostas aprovadas na plenária são viáveis e se encaixam em diretrizes que já existem . A conselheira **Fansley Cristina Silva** reforça que a aprovação e publicação do relatório servem para oficializar todo o esforço realizado e criar uma base sólida para as próximas etapas. Reitera que o grupo mantém a intenção de realizar, futuramente, a Conferência de Saúde da População Negra em Londrina. Fansley argumenta que, tendo o trabalho atual devidamente publicado e chancelado pelo Conselho Municipal de Saúde, o grupo ganha o embasamento necessário para dar continuidade às atividades e fortalecer a luta pela implementação das políticas. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** ressalta que a escolha pelo formato de plenária visou ampliar a participação de coletivos que poderiam ter dificuldades com os ritos protocolares de uma conferência, sem que isso invalide o debate. Destaca que o trabalho do GT, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, busca promover o "letramento racial" para conselheiros e lideranças da Secretaria, aprimorando o conhecimento nesta política de saúde. Ana Paula enfatiza que o GT "não está inventando a roda", baseando-se estritamente na Política Nacional e resgatando proposições de conferências anteriores que ainda são prementes. Por fim, defende que a validação do relatório pelo Pleno confere "oficialidade maior" a um processo que, embora em formato não usual, foi legítimo e contou com a participação da gestão, representando um processo de conquista para dar importância a essa temática no Conselho. A presidente **Vaine Pizolotto** parabeniza o grupo pelo trabalho realizado, classificando-o como árduo. Declara que o relatório está devidamente apresentado e conta com o apoio integral do Conselho Municipal de Saúde. Incentiva o grupo a seguir em frente com as ações, colocando o Conselho à disposição para o que for necessário e autorizando formalmente a publicação dos relatório da plenária. **Na sequência o CMS passa ao ponto de pauta "Aprovação de Recursos SESA, para Aquisição de Veículo Transporte Sanitário"**. A diretora **Evilin Gorcks** inicia a seguinte apresentação: [Apresentação Transporte Sanitário](#). O conselheiro **Manoel Amaral** questiona se a SMS tem um prazo para início da obra da UPA.. Relata que, por residir na região onde a UPA está parada, é constantemente cobrado pelos moradores sobre quando a unidade voltará a funcionar. **Evilin** responde que não pode afirmar com precisão a data de início da obra devido à dependência de duas etapas burocráticas: a assinatura do convênio e o processo de licitação. Informa que a estimativa para o início da obra é o primeiro trimestre de 2027. Ressalta que, uma vez iniciada, o prazo de execução definido pela engenharia é de 10 meses, embora, como em qualquer obra, imprevistos podem ocorrer e alterar esse cronograma final. O conselheiro **Marco Modesto** afirma que os problemas na UPA foram no início do projeto e remontam ao período de 2012/2013, possivelmente sob a gestão de Kireff ou Barbosa. **(Falha na gravação)**. **O CMS aprova Resolução para Recursos SESA, para Aquisição de Veículo Transporte Sanitário. Na sequência o CMS passa ao ponto de pauta "Aprovação da Atualização da PAS/2026 e Aprovação PAS/2027"** . A diretora **Evilin Gorcks** informa que o documento foi encaminhado previamente aos conselheiros e se coloca à disposição para esclarecimentos. **Após debate, o CMS aprova a Atualização da PAS/2026 e o PAS/2027 . Na sequência o conselho passa ao ponto de pauta Apresentação sobre a Importância dos Conselhos Locais**. A conselheira **Rita de Cassia** destaca a necessidade urgente de revitalizar e fortalecer os Conselhos Locais de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Londrina. Ela argumenta que esses conselhos são o elo essencial entre a comunidade e a gestão, mas que atualmente enfrentam desarticulação e falta de reconhecimento para o seu pleno funcionamento e isso dificulta trazer novas pessoas para o controle social da saúde pública no município. A conselheira **Rita Domansky** critica a postura de conselheiros que surgem apenas em períodos de conferência para garantir cadeiras, mas que não atuam de fato no dia a dia e elogia o engajamento direto da comunidade — como as ações de limpeza e zeladoria em

unidades de saúde lideradas pela conselheira Ritinha — afirmando que o Estado sozinho não dá conta de tudo. Esta ata foi digitada pelo servidor Anderson Luiz Oliveira Silva, revisada pela secretária Sandra Bavia e será assinada após aprovação pela presidência do CMS.

1	Gestor	Titular	Secretaria Municipal de Saúde de Londrina	Vivian Biazon EL Reda Feijó	Ausente
2	Gestor	Suplente	Secretaria Municipal de Saúde de Londrina	Rita de Cássia Domansky	Presente
3	Gestor	Titular	17ª Regional de Saúde	Maria Lúcia da Silva Lopes	Ausente
4	Gestor	Suplente	17ª Regional de Saúde	Joelma Aparecida de Souza Carvalho	Presente
5	Prestador	Titular	Hospital Evangélico de Londrina	Rúbia Isaltina Gomes de Souza dos Santos	Presente
6	Prestador	Suplente	Hoftalon - Centro de Estudos e Pesquisa da Visão	Henrique Bacaroglo	Ausente
7	Prestador	Titular	Hospital do Câncer de Londrina	Manoela Germinari Pessoa	Ausente
8	Prestador	Suplente	Hospital do Câncer de Londrina	Leidiane dos Santos Mian	Ausente
9	Prestador	Titular	Hospital Vida	Adelson Pereira dos Santos Júnior	Justificou
10	Prestador	Suplente	Irmandade Santa Casa de Londrina	Ana Paula Cantelmo Luz	Presente
11	Prestador	Titular	Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná	Iara Aparecida de Oliveira Secco	Ausente
12	Prestador	Suplente	Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná	Alexandro Oliveira Dias	Ausente
13	Prestador	Titular	Hospital da Zona Norte	Reilly Aranda Lopes	Presente
14	Prestador	Suplente	Hospital da Zona Sul	Geraldo Júnior Guilherme	Justificou
15	Trabalhador	Titular	Sindserv	Pilar Nadir Alvarez Soldório	Presente
16	Trabalhador	Suplente	Sindserv	Marco Antônio Modesto	Presente
17	Trabalhador	Titular	Sindprevs	Gilmar Souto	Presente
18	Trabalhador	Suplente	Sindprevs	Valéria de Fátima Parra	Presente
19	Trabalhador	Titular	Sindsaúde	Hodnei Machado	Justificou

20	Trabalhador	Suplente	Sindsaúde	Gilson Luiz Pereira Filho	Presente
21	Trabalhador	Titular	Conselho Regional de Fisioterapia	Fernando Cesar Marcucci	Justificou
22	Trabalhador	Suplente	Conselho Regional de Farmácia	Ester Massae Dalla Costa	Justificou
23	Trabalhador	Titular	Conselho Regional de Psicologia	Fansley Cristina Silva	Presente
24	Trabalhador	Suplente	Conselho Regional de Psicologia	sem indicação	
25	Trabalhador	Titular	CRESS	Cristiane de Godoy Zimmer	Ausente
26	Trabalhador	Suplente	CRESS	Diovania Garcia	Ausente
27	Trabalhador	Titular	Conselho Regional de Educação Física	Geder Harami Harami	Ausente
28	Trabalhador	Suplente	Conselho Regional de Odontologia	Lázara Regina de Resende	Justificou
29	Usuário	Titular	CONLESTE	Edvaldo Viana	Justificou
30	Usuário	Suplente	CONLESTE	Marcos Butarello	Presente
31	Usuário	Titular	FECAMPAR	Vaine Teresinha Pizolloto Marques	Presente
32	Usuário	Suplente	FECAMPAR	Ana Paula Nunes Viotto	Ausente
33	Usuário	Titular	Pastoral da Saúde	Marcia Barbosa Mendes	Justificou
34	Usuário	Suplente	Pastoral da Saúde	Antônio Carlos Golfetti	Ausente
35	Usuário	Titular	AUETO	Thais Helena Oliveira	Presente
36	Usuário	Suplente	AUETO	sem indicação	Presente
37	Usuário	Titular	ASSEMPA	Rosalina Batista	Ausente
38	Usuário	Suplente	ASSEMPA	Margareth Cipolla	Presente
39	Usuário	Titular	CONSASLON	Adriane Aparecida Loper	Presente
40	Usuário	Suplente	CONSASLON	Gislaine Dias Elias	Justificou
41	Usuário	Titular	APP Sindicato	Bruno Garcia	Justificou
42	Usuário	Suplente	APP Sindicato	Luciana Toshie Sumiwaga	Justificou
43	Usuário	Titular	ASSUEL	Adriana Gonçalves de Oliveira	Ausente
44	Usuário	Suplente	ASSUEL	Alexandre Casanatto	Ausente

45	Usuário	Titular	Central Única dos Trabalhadores	Eunice Tieko Miyamoto	Ausente
46	Usuário	Suplente	Central Única dos Trabalhadores	Carlos Choji Kotinda	Ausente
47	Usuário	Titular	SEEB	Laurito Porto de Lira Filho	Ausente
48	Usuário	Suplente	SEEB	Regina Ferreira de Souza	Ausente
49	Usuário	Titular	SINDNAPI	Manoel Rodrigues do Amaral	Presente
50	Usuário	Suplente	SINDNAPI	Edgard de Lima	Ausente
51	Usuário	Titular	UNIMOL	Ângelo Barreiros	Presente
52	Usuário	Suplente	UNIMOL	Custódio Rodrigues do Amaral	Presente
53	Usuário	Titular	AMICAS	Rita de Cássia Barbosa	Presente
54	Usuário	Suplente	AMICAS	Cirlete Marcondes Oliveira Peligrinelli	Justificou
55	Usuário	Titular	UGT	Sônia de Oliveira Silva	Presente
56	Usuário	Suplente	UGT	Maria Ângela Magro	Ausente

Vaine Teresinha Pizolotto Marques  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Londrina



Documento assinado eletronicamente por **Vaine Teresinha Pizolotto Marques, Presidente do Conselho Municipal de Saúde**, em 21/05/2026, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **18321457** e o código CRC **51E4D968**.

**Referência:** Processo nº 60.012682/2026-36

SEI nº 18321457